

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
--------------	----

PREFÁCIO	19
----------	----

Parte I

Fundamentos, crimes tributários e limites do poder punitivo

ANÁLISE SISTEMÁTICA DOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA	27
--	----

Bruno Sarrubbo Scalabrini

Richard Chianca Menino de Macedo

1 O necessário equilíbrio entre a proteção à ordem tributária e a necessidade de imposição de limites à instrumentalização do direito penal como ferramenta para cobrança de tributos	27
---	----

2 A necessidade da presença de dolo e fraude, para evitar a punibilidade em razão de meras infrações fiscais	30
--	----

3 Figuras delitivas do art. 1º da Lei n. 8.137/1990	32
---	----

3.1 Aspectos gerais	32
---------------------	----

3.2 Meios de execução específicos	34
-----------------------------------	----

4 Figuras delitivas do art. 2º da Lei n. 8.137/1990	36
---	----

4.1 Aspectos gerais: crime de mera conduta	36
--	----

4.2 Meios de execução específicos (com exceção do inciso II)	37
--	----

5 Apropriação indébita tributária (art. 2º, II, da Lei n. 8.137/1990) – Recurso em <i>Habeas Corpus</i> n. 163.334	39
---	----

6 Conclusão	42
-------------	----

Referências bibliográficas	43
----------------------------	----

Referências jurisprudenciais	43
------------------------------	----

ENTRE INFRAÇÕES FISCAIS E DELITOS: UMA ANÁLISE DESDE O BRASIL	45
<i>Fernando Facury Scaff</i>	
I A política governamental entre infrações e delitos	45
II As normas brasileiras sobre direito penal tributário	48
III Principais decisões da Corte Constitucional brasileira	51
IV Uma hipótese acerca da causa dessa mudança jurisprudencial: lacuna normativa e uso do direito penal para fins arrecadatórios	54
V A introdução do método de pagamento <i>split payment</i> e seus reflexos penais tributários	57
Conclusões	60
DOLO NOS CRIMES TRIBUTÁRIOS: ESTRUTURA DOGMÁTICA, DELIMITAÇÃO JURISPRUDENCIAL E INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA	63
<i>João Paulo Martinelli</i>	
1 Introdução	63
2 A evolução dogmática do dolo e o retorno à vontade	64
3 Conceito de dolo	65
4 Dolo direto e dolo eventual	66
5 Cegueira deliberada	67
6 A natureza dos crimes tributários	68
7 O elemento subjetivo dos crimes tributários	70
8 Conectando a cegueira deliberada aos crimes tributários corporativos	72
9 Críticas à importação da cegueira deliberada	73
10 A inexigibilidade de conduta diversa nos crimes tributários	75
11 A posição dos tribunais	77
12 Conclusão	79
Referências	80

DO DOLO ESPECÍFICO AO DOLO GENÉRICO NOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. A INTENSIFICAÇÃO DA PERSECUÇÃO PENAL COMO MEDIDA DE POLÍTICA FISCAL ARRECADATÓRIA	85
<i>German Alejandro San Martín Fernández</i>	
<i>Bruna Rafaella da Silveira Vasconcelos</i>	
1 Introdução	85
2 Do dolo específico ao dolo genérico nos crimes contra a ordem tributária	87
3 O elemento subjetivo nas infrações tributárias de natureza administrativa e a correta interpretação dos enunciados do CTN que tratam sobre o tema. A compatibilização entre a responsabilidade por infrações, predominantemente objetiva, e o elemento subjetivo/dolo específico, nas infrações de maior potencial de lesividade ao Erário e nos crimes contra a ordem tributária	92
4 Da criminalização da inadimplência de tributos no STJ e no STF	97
5 Da utilização da persecução penal como método coercitivo de cobrança de tributos. Portaria CAT-5/2008 (Estado de São Paulo). Portaria PGFN/ME n. 12.072, de 7 de outubro de 2021, e Portaria RFB n. 1.750, de 12 de novembro de 2018	100
6 Conclusões	104
Referências	106
 INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA COMO EXCLUDENTE DE CULPABILIDADE NOS CRIMES TRIBUTÁRIOS	 109
<i>Fabício Reis Costa</i>	
1 Introdução	109
2 Excludentes de culpabilidade e a inexigibilidade de conduta diversa	111
2.1 A estrutura analítica do delito e a culpabilidade como juízo de reprovação pessoal	111
2.2 A inexigibilidade de conduta diversa: desenvolvimento histórico-dogmático	113
2.3 O debate doutrinário sobre as causas supralegais de exculpação	116
3 Excludentes de culpabilidade nos delitos tributários	118
3.1 Natureza e características dos crimes tributários	118
3.2 Seletividade penal e a confusão entre ilícito penal e dívida tributária	120
3.3 Crise econômico-financeira e o conflito de deveres no âmbito empresarial	123

4 A inexigibilidade de conduta diversa nos crimes tributários: proposta de arranjo dogmático	124
4.1 Fundamentos da tese: dogmática penal da igualdade e garantismo	124
4.2 Aplicação da inexigibilidade em contextos de crise econômico-financeira	127
4.3 Crítica à instrumentalização do Direito Penal como ferramenta arrecadatória	131
4.4 Critérios objetivos para a aplicação da excludente	132
5 Conclusão	134
Referências	136

Parte II

Fiscalização, dados, prova e constituição do crédito tributário

SIGILO DE DADOS, PERSECUÇÃO PENAL E RESERVA DE JURISDIÇÃO: O COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL	141
<i>Alamiro Velludo Salvador Netto</i>	
<i>Amanda Bessoni Boudoux Salgado</i>	
Introdução	141
1 O papel dos RIFs e do procedimento fiscalizatório da Receita Federal em crimes tributários	143
2 Compartilhamento com órgãos de persecução penal e o direito ao sigilo	146
3 O posicionamento do Supremo Tribunal Federal no Tema 990 de repercussão geral	148
4 Desdobramentos e controvérsias posteriores: o problema da requisição de dados pelos órgãos persecutórios	152
5 Utilização de documentos sigilosos compartilhados sem autorização judicial como prova	157
Conclusão	159
Referências	162

O REGIME JURÍDICO DA PROVA PENAL NOS CRIMES TRIBUTÁRIOS DIANTE DA REFORMA TRIBUTÁRIA	167
<i>Fauzi Hassan Choukr</i>	
1 Introdução	167
1.1 Delimitação do tema e relevância contemporânea	167
2 A prova penal nos crimes tributários: bases normativas e constitucionais	169
2.1 A reforma tributária e a mudança de perfil da prova digital nos crimes tributários	170
3 Súmula Vinculante 24 e a materialidade nos crimes tributários	176
4 O Processo Administrativo Fiscal (PAF) como elemento probatório	178
5 Prova do dolo e responsabilidade penal pessoal	179
6 Prova ilícita e seus efeitos no processo penal e administrativo	180
7 Conclusão	182
Referências	183
 CORRUPÇÃO E CRÉDITO TRIBUTÁRIO: EFEITOS DA LEI ANTICORRUPÇÃO NO LANÇAMENTO	 185
<i>Claudio de Abreu</i>	
1 Introdução	185
2 Formalização da relação jurídica tributária e constituição do crédito	186
3 Sujeito passivo tributário e responsabilidade da pessoa jurídica	192
4 Atos lesivos ao patrimônio público em matéria tributária	193
5 Omissão administrativa, homologação viciada e revisão do lançamento	197
6 Invalidação de decisão administrativa objeto de corrupção	202
7 Conclusão	204
Referências	205

EXCESSO DE EXAÇÃO	207
<i>Alberto Zacharias Toron</i>	
<i>Raquel Vieira Barbosa Herscu</i>	
Excesso de exação qualificado	213
Previsão de reparação de danos em caso de trânsito em julgado de sentença condenatória por crime de excesso de exação prevista no inciso XIV do art. 4º da LC n. 225/2026	213

Parte III

Inadimplemento, apropriação indébita e devedor contumaz

IMPACTOS PENAIIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA: BREVES REFLEXÕES SOBRE O PASSADO, O PRESENTE E O FUTURO DO TIPO PENAL DE “APROPRIAÇÃO INDÉBITA TRIBUTÁRIA”	221
<i>Alexis Couto de Brito</i>	
<i>Jenifer Moraes</i>	
1 Introdução	221
2 Advento e atual interpretação do art. 2º, II, da Lei n. 8.137/1990	222
3 Reflexos da reforma tributária na caracterização típica do art. 2º, II, da Lei 8.137/1990	228
4 Conclusões	231
Referências	232
APROPRIAÇÃO INDÉBITA TRIBUTÁRIA: ANÁLISE DO DECIDIDO NO RHC 163.334/SC PELO STF E AS RECENTES ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI COMPLEMENTAR N. 225/2026 SOBRE A DEFINIÇÃO DE DEVEDOR CONTUMAZ	233
<i>Débora Pimentel</i>	
<i>Rodrigo Dall’Acqua</i>	
1 Não pagamento de tributo: entre a dívida e o crime	233
2 O julgamento do RHC 163.334/SC pelo STF e a redefinição da criminalização do inadimplemento tributário	235

3 Dolo de apropriação: prova da intenção e individualização da conduta	237
4 A Lei Complementar n. 225/2026 e o novo conceito legal de devedor contumaz	239
5 Boas práticas e cautelas do contribuinte no novo cenário	244

A IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO RETROATIVA DA SÚMULA 658 DO STJ: SEGURANÇA JURÍDICA, ART. 24 DA LINDB E OS LIMITES DA CRIMINALIZAÇÃO DO INADIMPLEMENTO TRIBUTÁRIO	247
--	-----

Osvaldo Santos de Carvalho

Igor Nascimento de Souza

1 Introdução	247
2 O crime de apropriação indébita tributária e a evolução jurisprudencial	248
2.1 O cenário anterior ao HC 399.109/SC: a orientação geral pela atipicidade	248
2.2 A virada hermenêutica: HC 399.109/SC (STJ) e RHC 163.334/SC (STF)	249
2.3 A consolidação pela Súmula 658 do STJ	250
3 O art. 24 da LINDB como vetor de segurança jurídica em matéria penal tributária	250
3.1 Conteúdo normativo e <i>ratio legis</i> do art. 24 da LINDB	250
3.2 A aplicabilidade do art. 24 da LINDB ao Direito Penal Tributário	251
4 A irretroatividade da interpretação jurisprudencial mais gravosa e o princípio da anterioridade penal	251
5 A LC 225/2026 e a definição legal de “devedor contumaz”: <i>novatio legis in melius</i>	253
6 Síntese cronológica: a linha do tempo da criminalização e a impossibilidade de retroação	262
7 Conclusões	264
Referências	265

Parte IV

Persecução penal, jurisprudência e justa causa

SÚMULA VINCULANTE N. 24: A (IM)POSSÍVEL JUSTA CAUSA PARA PERSECUÇÃO EM RELAÇÃO A EVENTUAIS CRIMES CONEXOS ANTES DA CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	271
<i>Maria Jamile José</i>	
<i>Naiara Seixas</i>	
<i>Theuan Carvalho Gomes</i>	
1 Introdução	271
2 A conformação do crime tributário material	274
3 A justa causa para persecução penal-tributária	280
4 Crimes conexos e o risco de subversão prática da Súmula Vinculante n. 24	282
5 O AgRg no HC n. 919.313/PB como caso-controle	285
6 Critérios para aferição da justa causa em crimes conexos antes do lançamento definitivo	290
7 Considerações finais	292
Referências	293
APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA E A SÚMULA VINCULANTE N. 24 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: COMENTÁRIOS AO RESP 1.982.304/SP	297
<i>Miguel Pereira Neto</i>	
<i>Clara Moura Masiero</i>	
1 Introdução	297
2 O contexto fático e jurídico do REsp 1.982.304/SP	298
3 A Súmula Vinculante n. 24 e suas inconsistências dogmáticas	306
4 A falsa dicotomia: crimes formais vs. crimes materiais nos crimes previdenciários e tributários	308
5 Estrutura típica do crime de apropriação indébita previdenciária	311
6 Considerações finais	313
Referências	314

O DIREITO PENAL COMO COERÇÃO: A ILEGALIDADE DA UTILIZAÇÃO DO ANPP
EM CRIMES TRIBUTÁRIOS COMO INSTRUMENTO DE ARRECADAÇÃO FISCAL 317

Francisco de Paula Bernardes Júnior

Leonardo de Macedo Silva

1 Introdução	317
2 As funções explícitas e implícitas da pena	319
3 O Direito Penal negocial no Brasil e o acordo de não persecução penal	322
4 A desvirtuação do ANPP enquanto instrumento de arrecadação fiscal e seu caráter ilógico	324
5 Conclusão	329
Referências	330

Parte V

Defesa, regularização e extinção da punibilidade

EXTINÇÃO E SUSPENSÃO DA PUNIBILIDADE PELO PAGAMENTO: ANÁLISE DO DECIDIDO NA ADI 4.273 PELO STF E DAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LC 225/2026, NA LEI N. 10.522/2002 (§§ 5º E 6º DO ART. 168-A E §§ 5º E 6º DO ART. 337-A), NA LEI 9.249/1995 (§§ 3º E 4º DO ART. 34) E NA LEI N. 11.941/2009 (§§ 1º E 2º DO ART. 69)	335
---	-----

Ana Paula Barbuy Cruz

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE E PRESCRIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	355
---	-----

Octavio Campos Fischer

Roberto Aurichio Júnior

1 Introdução	355
2 Da segurança jurídica à insegurança jurisdicional	358
3 Decadência e prescrição são conceitos de direito positivo	361
4 Decadência tributária e a Súmula Vinculante 24 do STF	364
5 Duplo efeito da prescrição tributária	368
6 Efeitos da prescrição tributária na seara penal	370

6.1 Independência das esferas penal e tributária	370
6.2 O direito como romance em cadeia	372
6.3 Se prescrição tributária extingue o crédito, logo...	374
7 Conclusões	374
Referências	375
COMPENSAÇÃO E EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE DOS CRIMES TRIBUTÁRIOS: A EFICÁCIA POSITIVA DO COMPORTAMENTO PÓS-INFRAÇÃO DOS CONTRIBUINTES	379
<i>Rodrigo Numeriano Dubourcq Dantas</i>	
1 Direito penal tributário e garantismo sancionador	379
2 Compensação, extinção do crédito tributário e aplicação da norma do § 4º do art. 83 da Lei n. 9.430/1996 – viabilidade de recurso à analogia <i>in bonam partem</i>	382
3 Reparação do bem jurídico tutelado pelo direito penal tributário e proporcionalidade do <i>ius puniendi</i>	392
4 Síntese conclusiva	396
SÉRIE “CURSOS DE EXTENSÃO DA APET”	399